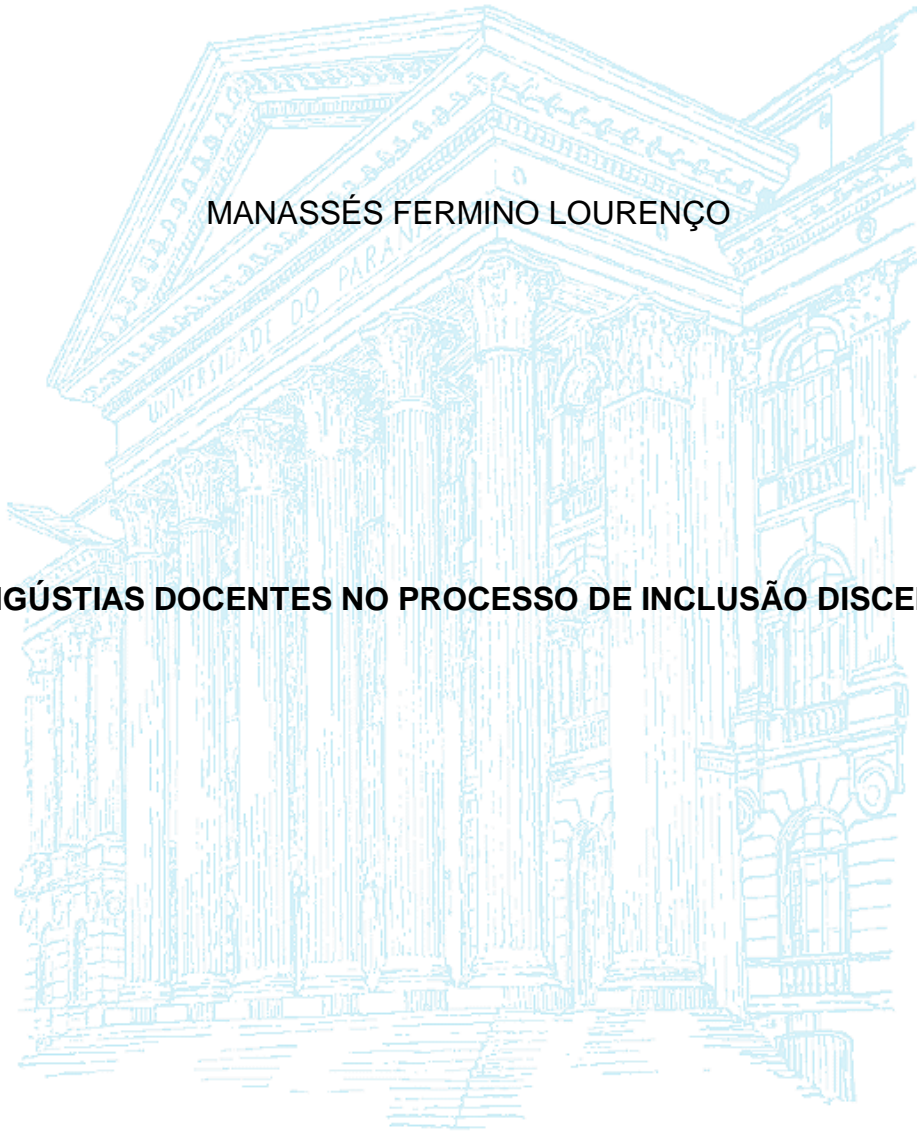


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E PROCESSOS EM EDUCAÇÃO
DIVERSIDADE E INCLUSÃO

MANASSÉS FERMINO LOURENÇO

ANGÚSTIAS DOCENTES NO PROCESSO DE INCLUSÃO DISCENTE



MATINHOS

2015

MANASSÉS FERMINO LOURENÇO



ANGÚSTIAS DOCENTES NO PROCESSO DE INCLUSÃO DISCENTE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão pela Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Èdina Mayer Vergara

MATINHOS

2015



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral

UFPR
Litoral
Educação é a nossa prioridade

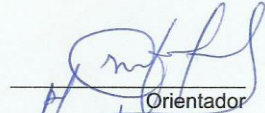
ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E PROCESSOS EM EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO.

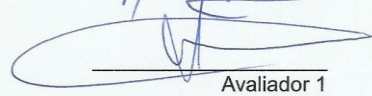
Aos nove dias do mês de junho do ano de 2015 (dois mil e quinze), reuniram-se na sala 13A os membros da banca examinadora:

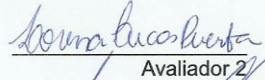
Édina Mayer Cergara (orientador),
Silvona Laria Keller e
Isabela Lucas Puente para avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso do (a) cursista: **Manassés Fermino Lourenço**, sob o título: **ANGÚSTIAS DOCENTES NO PROCESSO DE INCLUSÃO DISCENTE**.

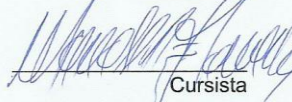
Após a avaliação deliberou-se que o (a) referido (a) cursista foi aprovado (a) como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão, tendo obtido conceito APL.

Nada mais havendo a tratar, eu Édina Mayer Cergara (orientador) lavrei a presente ata, a qual será assinada pelos membros da banca.


Orientador


Avaliador 1


Avaliador 2


Cursista

Dedico as pessoas mais importantes nessa caminhada na área da Educação, minha esposa Josiane Ferreira G Lourenço, minha filha Maria Eduarda F G Lourenço, meus pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a DEUS; autor e consumidor de minha fé, aos amigos de turma que em momentos de trocas contribuíram em minha aprendizagem e formação docente, meu muito obrigado a todos.

“A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria”.

Paulo Freire

“Epígrafe”

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR
SETOR LITORAL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE PROCESSOS
EDUCACIONAIS.... GPEDI

ANGÚSTIAS DOCENTES NO PROCESSO DE INCLUSÃO DISCENTE

LOURENÇO, Manassés Fermino¹

RESUMO A inclusão está presente como demanda e função em todas as escolas públicas ou privadas deste país, pois em seu artigo 205 a Constituição Federal dá a garantia do acesso à escola comum a todos, sem discriminação de nenhuma espécie. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” No curso ministrado no Colégio Estadual Gabriel de Lara no Município de Matinhos - PR, foram trabalhados todos os eixos propostos pelo curso Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão (GPEDI); com essa vivência embasado os argumentos deste artigo que tem por objetivo confrontar o ideário legal e teórico inclusivo ou seja, aqueles que apontam para a necessária transformação das metodologias educacionais tradicionais; para também tanto busco alguns elementos históricos para compreender o presente na sua materialidade inclusiva e cotidiana na escola onde atuo. As vivências durante a formação no GPEDI permitiu perceber que todos os professores envolvidos no processo falaram sobre o valor da inclusão dos alunos e suas diversidades nas escolas, mas que em sua maioria não podem contar com uma estrutura e formação que possibilitem o “pleno desenvolvimento da pessoa”, isto contrasta intensamente com as proposições das políticas e leis já em vigência. Esta materialidade permite considerar a fragilidade entre o ideário e a sua consecução e considerando ainda a formação dos professores e demais sujeitos escolares ainda há muito a ser trabalhado e que as questões sobre esse tema também estão para além dos espaços da escola, implica numa inclusão social e cultural, portanto a Educação precisa interagir com o meio que habita para que haja um processo mais completo para que as diferenças deixem de ser objeto de espanto subalternizante, logo a inclusão, seja ela escolar ou não, é tema e responsabilidade das relações humanas. Compreender a significância e correlação desta rede social é fundamental para que as angústias não sejam personalizadas no professor.

Palavras-chave: Relação teoria-prática; processo inclusivo; inclusão social.

¹Acadêmico do Curso GPEDI manassesfermino@hotmail.com, orientado pela Pro^a Dr^a Édina Mayer Vergara – UFPR – Setor Litoral.

1 INTRODUÇÃO

Escrever sobre a educação no Brasil, é uma tarefa frustrante, pois é difícil poder citar exemplos práticos e bem sucedidos vivenciados por educadores em sala de aula, já escrever sobre as questões teóricas ou sobre projetos pedagógicos que poderiam ser geridos no âmbito escolar parece ser mais fácil, pois nem sempre nossa prática corresponde às expectativas ou deveres de fundo legal e/ou teórico.

Partindo desse princípio poder-se-ia citar vários fatores que colaboram para essa problemática vivenciada pelos educadores, como por exemplo: as leis que em sua elaboração teórica traz garantias de uma educação voltada para um sujeito, que será autor de sua história, a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) tem em seu artigo 2º “A educação dever da família e do Estado, [...] pleno desenvolvimento do educando[...].

Esse trabalho buscará confrontar ideário legal inclusivo bem como textos ou artigos que apontem criticamente para a necessidade de mudança nas metodologias educacionais tradicionais; para tanto busco alguns elementos históricos para tentar compreender o presente na sua materialidade inclusiva e cotidiana na escola onde atuo e relacioná-las também ao processo de formação e replicação do GPEDI.

A educação em sua trajetória secular no Brasil passou por várias mudanças, porém era muito comum ouvir no período de curso a seguinte afirmativa, “se pudéssemos trazer um professor de séculos passados para uma sala de aula atual, ele dificilmente teria problemas para ministrar sua aula; em comparação a um cirurgião, que com o avanço científico teria dificuldades principalmente pelo fato de que as salas cirúrgicas estão bem mais equipadas por aparelhos que em sua maioria seria desconhecida por estes profissionais de séculos passados”.

Ou seja, ao mencionarmos a Educação no Brasil, teremos também que nos direcionar a filosofia, uma vez que a pergunta central da pedagogia é referente à significação do ser humano bem como sua formação. Que tipo de homem está sendo formado e qual queremos educar ou construir no sentido de forma-lo para um padrão específico, pois todo aquele que ousar pensar de maneira diferente do padrão determinado tanto pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e essa política se aplica também ao docente, e este preso a conteúdos específicos direcionados hierarquicamente, por exemplo: em uma aula de português o aluno

que queira pensar a matemática após a aula de matemática estará

descumprido com o padrão estabelecido.

Propor novas metodologias de ensino é praticamente efêmero frente aos desafios encontrados pelos educadores na sala de aula, que a escola precisa ser repensada é fato de mais ou menos cinco séculos, pois ela é a mesma desde sua chegada ao Brasil, o mesmo formato das salas com carteiras enfileiradas, um quadro negro, etc.

Com um diferencial os alunos da educação especial que como já mencionado aqui pelo artigo segundo da LDB, “A educação é direito de todos”, porém o estado garante o direito mais a qualificação do docente para trabalhar com esse diferente do padrão de cinco séculos, não tem sido a realidade para alguns educadores, e aqui começa a angústia de muitos educadores que ao se depararem com um aluno diferente tem algumas alternativas, infelizmente no curso ouviram-se relatos que alunos com necessidades especiais foram excluídos por falta de capacitação formadora, mas a inclusão não pode ser limitada somente ao aluno especial.

A escola não pode ser um espaço sem sentido, onde os conteúdos estão desconectados a vida do aluno, ou seja, repasse de conhecimento não forma um sujeito pelo contrário isso o torna um objeto de manobra, a inclusão não esta limitada somente ao aluno especial, me recordo de uma entrevista do Eduardo Kobra, ao programa “Provocações” no dia 22 de maio de 2014, Abujamra pergunta desde quando a “arte era melhor do que o resto” ele disse que “desde sempre, pois seu caderno não possuía conteúdo só desenhos”, dizia se sentir angustiado por estar dentro de uma sala de aula, limitado a uma carteira quando na realidade sua vontade era de estar lá fora criando arte nos muro do mundo, se a escola é um espaço onde estamos impedindo os alunos de criar estaremos lhe excluindo do sentido da vida, olhar para a escola como um espaço de conteúdos é mesmo que condená-la ao fracasso social, nossos alunos não merecem ser trados como presidiários a escola não pode ser um espaço de punição, onde professores e alunos agonizam esperando a semana o mês ou o ano passar tonando a vida sem sentido e chata de ser vivida.

Repensar a escola é pensar como Mario Quintana em seu poema “Todos esses que aí estão Atravancando meu caminho, Eles passarão... Eu passarinho!” tornar a vida do aluno na escola em um momento de sentido para a vida e uma vida que vale a pena ser vivida é formar um cidadão, parafraseando Freire capaz de ser o sujeito de sua própria educação, sabendo estar no mundo para agir e refletir e não

ser mero objeto da educação que condiciona para o trabalho.

REPLICAÇÃO

Aos dias 21 de julho de 2014, teve início no Colégio Estadual Gabriel de Lara que está localizado na rua Albano Muller, 420, no centro de Matinhos – PR - o curso de Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão (GPEDI), ofertado pela Universidade Federal do Paraná no Setor Litoral (UFPR-Litoral). Este curso ocorreu em dois momentos, onde no primeiro os educandos da UFPR litoral por meio de uma seleção trabalham com educandos da rede estadual e municipal, os eixos envolvem a Educação no Campo, Educação Infantil, Inovações Metodológicas e Inclusão.

No segundo momento os educandos selecionados retornam para as escolas, orientados pelos educandos da Universidade para desenvolver um projeto que aborde os eixos trabalhados no curso, esses educandos recrutam outros educandos ou funcionários da escola e tem-se início a replicação dos conteúdos trabalhados na Universidade de uma maneira livre e orientada. Como comentado anteriormente e agora mais explicitamente, a replicação no Colégio Gabriel de Lara teve início no dia 21 e 23 de julho de 2014, sempre as segundas e terças feiras, período noturno das 19h00min até 23h00min.

Na segunda-feira do dia 21, juntamente com o professor Elisvaldo Viana fizemos a apresentação do curso para os educandos em PowerPoint, onde continha o planejamento de como seria o desenvolvimento da replicação do (GPEDI), iniciariamos com a Educação no Campo apresentando um vídeo “Terra para Rose” Rose sonha com a conquista da terra, deseja um futuro melhor para o filho que nasceu no acampamento. A exemplo de todas as mil famílias que ocuparam a Fazenda Anoni, no Rio Grande do Sul, em 1987, ela aprende a partilhar seu fado com a mesma força com que sonhara. A vontade comum dos Sem Terra era para Rose mais do que somente ser solidária na mesma causa. Rose não mediu esforços na Reforma Agrária enquanto aleitava o filho, preparava comida e auxiliava no acampamento. As fortes imagens desse documentário de Tetê Moraes são

predominantes do início ao fim. Imagens de oito mil pessoas enfrentando frio, fome e as tropas militares daquele estado, enquanto pelejavam pelo direito de utilizar a terra para plantar.

Em seguida fizemos um contra ponto com outro vídeo “O sonho de Rose dez anos depois”, a ideia era de mostra que a conquista de um sonho nem sempre é imediato leva-se um tempo. Procuramos sempre relacionar e articular a questão da educação no campo, antes, porém pedimos que eles fizessem um pequeno texto sobre suas implicações sobre o Movimento dos Sem Terra (MST). O curso se direciona nesse sentido para que os professores tenha esse olhar sobre a lei e suas possibilidades de inclusão para a diversidade, pois ter a garantia dada pela lei não é sinônimo de inclusão e sim exclusão. Penso que sua contribuição sobre a flexibilidade da lei seria importante como elemento de provocação para nós educadores; as leis não são dogmas e essa flexibilidade nos abre as possibilidades de desenvolvimentos de projetos que viabilizem uma inclusão para todos, inclusive os educadores que não tem uma formação continuada nesta área que vigora como lei.

APRENDER COMO FORMA DE INCLUIR

Ser um educador, um professor comprometido com o ato de educar, ultrapassa os limites e desafios com os quais se depara todos os dias, pois para além de educador para os conteúdos é também referência materna ou paterna, em alguns casos os dois, tendo que conciliar toda sua vida de cidadão comum, com o ser educador, Miguel Arroyo (2009, pág.187), no texto ***Tempo, tempo, tempo***, cita o comentário de uma professora: *“difícil para as crianças e adolescentes, jovens ou adultos que estudam, e difícil para nós professores.”*

Os limites e desafios pelos quais o educador tem que passar envolvem mais que seu tempo de vida, as escolas em sua estrutura física não tem sido planejada para possibilitar o ato da educação, pelo contrário, sua estrutura arquitetônica é projetada em forma de prisões, os espaços são limitados, as escolas estão fechadas em si mesmas longe da comunidade na qual estão inseridos, os conteúdos em nada tem

em comum com o aluno, escolas públicas e de periferia deveriam ser sem muros em todos os sentidos.

Os alunos sempre questionam qual o sentido de um conteúdo em sua vida prática, ou seja, ele se sente excluído, e tornar algo significativo para o aluno é muito mais que lhe pedir para decorar uma resposta para a prova, pois aquilo que vem pronto está encerrado em si mesmo, não se permite pensar sobre de maneira crítica, relacionar com sua realidade pior não faz sentido, isto sempre foi assim pensar além do acabado esta errado. Possibilitar a emancipação do aluno é um ato de “fé”, ou seja, se faz necessário “Comprometimento profissional com a sociedade” conforme defende Freire, em seu livro **Educação e Mudança**. Freire (1997, pág. 16), diz que: *“A primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir”*. A essência desse ato esta em mim mesmo como sujeito capaz de me refazer, consciente de minha condição condicionada. O compromisso envolve minha reflexão sobre minha ação, o sujeito da ação não está limitado ao simples existir, ele não é algo adaptado ao mundo.

O OUTRO COMO IDENTIDADE E/OU CONSTRUÇÃO CULTURAL

A relação de poder está em todas as áreas da vida humana, seja na escola, seja no trabalho, seja em casa com os filhos e ate mesmo com seu conjugue, ou seja, ela faz parte de nossa cultura construída a partir de estereótipos como, por exemplo: nos filmes onde o moçinho é o centro das atenções a referencia do ser perfeito. Isso soa como influencia midiática, mas os estereótipos de comportamentos e construção de um ser diferente dos demais vão surgindo na mesma medida em que os comportamentos de quem podem influenciar o outro como, por exemplo: Ronaldo o fenômeno com cortes de cabelos que chamavam à atenção na Copa do Mundo de 2002, influenciando uma geração de pessoas que são influenciadas pelo discurso midiático.

“Tribos” (termo usado nos anos 80) emergem na atualidade reivindicando seu espaço em uma sociedade nem sempre marcada pelo bom senso, que com sua cultura Europeia tem a missão de domesticar o “bom selvagem”. Incluir o outro é o discurso, mas nem sempre incluir suas características, construídas a partir de uma falta de reflexão sobre o discurso de uma revolução para a uma suposta igualdade.

O tema proposto é tão complexo quanto o ser em si, pois somos seres únicos diferentes uns dos outros seja em comportamentos psicológicos ou físicos, temos uma deficiência como vamos administrar nossa deficiência deixa de ser um problema meu quando passo a viver em sociedade, pois existem leis comportamentais que historicamente nos constitui, ou seja, somos normatizados.

Quando temos que incluir alguém já o excluimos, pois o ser que precisa ser incluído é porque estava excluído, seja pelo julgamento de uma norma hegemônica em relação à sua identidade, não como *homo sapiens* e sim a partir do estigma a ele imposto. Ser pensado e nomeado por outro pode ser tão frustrante quanto opressor, ser oprimido, sem ser ouvido, é ser excluído não importa o espaço que ocupemos. Temos muito que aprender sobre inclusão seja para o termo “deficiente”, diversidade ou qualquer outro que venhamos a nomear. O respeito ao diferente já seria uma grande conquista.

Faço um relato de minha experiência com pessoas com múltiplos tipos de diversidade, trabalho como motorista na ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE EXCEPCIONAIS DE MATINHOS (APAE), observar o comportamento daqueles com quem convivo de segunda a sexta deixa de ser observação quando olho para eles como seres com uma identidade única, suas limitações sejam físicas ou psicológicas, dão lugar ao respeito pelo diferente, suas limitações não me permitem estabelecer uma nova identidade sob uma que já vem carregada de uma cultura pessoal de adaptações para a normalidade.

CONCLUSÃO

O GPEDI me permitiu ter uma formação mais aprofundada sobre temas que estão a exigir novas posições na Educação: a educação no campo, educação infantil, educação inclusiva e inovações metodológicas foram discussões trabalhadas não como fórmulas prontas ou um antídoto que para os problemas da educação. Compreender a escola como o único espaço de construção de saberes é uma formula muito reducionista e entendemos a urgência de uma rede de diferentes instituições e pessoas que se ocupem com que os saberes construídos pela humanidade não sejam mais fragmentados entre si e que estejam a serviço da

construção de repartindo e limitando a aprendizagem, o senso crítico do sujeito, tornando-o objeto de uma ação opressora.

O mesmo é preciso ser compreendido quando se trata de fazer cumprir as políticas públicas, as leis, os estudos que indicam os princípios inclusivos. O mesmo esforço de dar sentido aos conhecimentos deve ser feito em dar sentido a este elenco da educação inclusiva e que se traduz como direito de todos. É preciso superar esta escola enquanto espaço de ensino e que não vem cumprindo seu papel, pelo contrário tem formado seres normóticos / ou e robóticos, ideário de uma sociedade capitalista, fortalecendo a impossibilidade de compreender o mundo e sua complexa relação, entre os seres e a utilização de toda a matéria prima vinda do planeta, consolidando as desigualdades sociais como sendo uma questão natural.

A sala de aula é um espaço político e de poder, de reflexão e de sistematização de saberes constituído e a serem recriados pelo sujeito que interage e age no mundo, o que implica que o educador não pode olhar para seus educandos como se fossem “paginas em branco” e sim que além do que já sabem , podem e devem construir-se historicamente, para que como nos lembra Chaplin não tratemos nossos educandos como máquinas e sim como seres humanos.

A inclusão de pessoas com deficiência ou com qualquer outra marca que lhes deem características a estudantes com as quais a escola regular não esteja “preparada para lidar” exige a revisão, transformação do atual modelo de escola que se cristalizou no tempo; os princípios legais e os estudos sobre o tema precisam cooperar para uma ligação e responsabilidade direta entre propor-fazer, cooperando para a superação da angústia docente frente ao seu aluno de “inclusão” pois é um conjunto de elementos que permitirá a execução de um processo do qual o professor é apenas parte: antes dele e com ele há que se trabalhar para uma sociedade inclusiva e isto exige uma rede capaz de ser inclusiva, da qual o professor seja parte reunida, assim como queremos com o conhecimento, inter relacionado entre si e a serviço da vida mais igualitária e justa.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. / Paulo Freire; tradução Lilian Lopes Martin. -2ª ed. ev. e atual.- São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2011.

ARROYO, M. **Imagens quebradas**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2009, p. 187.

PROVOCAÇÕES, 2014. Disponível em <<http://tvcultura.cmais.com.br/provocacoes>> Acesso em 19/07/2015 as 14h05min.

LDB : Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [recurso eletrônico]. – 8. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012